

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

GESSICA RAMOS LUCAS RIBEIRO

**A EDUCAÇÃO NO CAMPO E A VALORIZAÇÃO DO
MEIO RURAL COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM**

IBAITI

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

GESSICA RAMOS LUCAS RIBEIRO

**A EDUCAÇÃO NO CAMPO E A VALORIZAÇÃO DO
MEIO RURAL COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM**

Trabalho apresentado como requisito parcial
para obtenção da certificação do curso de
Especialização em Educação no Campo, Setor
Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Elisiani Vitória Tiepolo

IBAITI

2014

A EDUCAÇÃO NO CAMPO E A VALORIZAÇÃO DO MEIO RURAL COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM

Géssica Ramos Lucas Ribeiro ¹

RESUMO

A presente pesquisa faz um breve resgate da história da educação no campo, a fim de descrever as dificuldades encontradas pelos povos do campo na busca de uma educação no e do campo. O objetivo foi investigar as principais questões que influenciam a Educação no Campo, identificando suas possíveis causas e ações com o intuito de propor possíveis soluções para a área, destacando ainda a importância da Educação no Campo para professores e educandos. Utilizou-se como referencial teórico as contribuições de autores que explicitam o histórico da educação no campo no Brasil, além das concepções que envolvem a educação atual. A pesquisa envolveu a análise de documentos; entrevista com um professor que atua nesta modalidade de ensino e também com alunos que estudaram nesta escola além das famílias dos mesmos. As principais conclusões foram de que apesar das dificuldades encontradas, os professores e alunos do campo estão construindo uma escola capaz de mudar suas vidas; que estas escolas propiciam aos educandos formação para a cidadania, valorizando suas origens e a importância do campo para o país, indagando sobre o presente e o futuro. O trabalho defende que a Educação no Campo é muito importante, pois o campo é um território educativo, de produção, de solidariedade e de identidade cultural; é uma modalidade de ensino que contribui para o desenvolvimento da sociedade e que necessita de estudos constantes.

Palavras-chave: Educação no Campo. Aprendizagem. Cidadania.

¹ Acadêmica da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

1. INTRODUÇÃO

Vários fatores evidenciam que a Educação do Campo não é devidamente valorizada pelo governo e até mesmo pela sociedade, sendo que os mais evidentes são o fato dela não receber os recursos físicos e materiais necessários para sua execução, e os professores que atuam nesta modalidade não serem adequadamente formados. Isso leva a Educação do Campo a condições precárias para o seu pleno desenvolvimento, o que vai de encontro com o que preconiza a legislação brasileira. Por outro lado, mesmo com todas essas dificuldades, os professores e alunos do campo estão construindo uma escola capaz de mudar suas vidas. Por isso, faz-se necessária a realização da presente pesquisa, a fim de desmistificar conceitos e preconceitos sobre a Educação do Campo.

O objetivo da presente pesquisa é investigar as principais questões que influenciam a Educação do Campo, identificando suas possíveis causas e ações com o intuito de propor possíveis soluções para a área, destacando ainda a importância da Educação do Campo para os educandos.

O presente trabalho inicia-se com a fundamentação teórica, na qual o conteúdo abordado explicita o histórico da Educação do Campo no Brasil, além das concepções da educação do campo e a educação do campo atual.

Em seguida, trata-se da pesquisa de campo, na qual se relata como foi sua realização, descrevendo a população analisada e os resultados obtidos.

2. REVISITANDO A LITERATURA: HISTÓRIA E CONCEITOS

Segundo Souza (2006, p.16), a Educação do Campo nasceu em contraposição à Educação Rural. Segundo o autor, ela nasceu de pensamentos, desejos e interesses dos sujeitos do campo,

“[...] determinando seus destinos na construção de suas ideologias, suas visões de mundo; já a educação rural nasceu da cabeça dos ruralistas como forma de subordinar os camponeses, de reservar a eles um controlado espaço nas políticas de educação para ‘civilizar’ e manter a subordinação”.

Sendo assim, pretende-se verificar como está sendo tratada historicamente a Educação no Campo até os dias atuais, mostrando a sua verdadeira face.

2.1 Históricos da Educação no Campo no Brasil

Segundo o que consta no parecer do Conselho Nacional da Educação (CNE/CEB, 036/2001):

“A Educação no Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, incorpora os espaços das florestas, da pecuária, das minas e da agricultura, mas as ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, neste sentido, é mais que um perímetro urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres com a própria produção das condições de existência social e com as realizações da sociedade humana.”

Para Brasil (2007, p.10):

“ o modelo escravocrata utilizado por Portugal para colonizar o Brasil e, mais tarde adotado pelos próprios brasileiros na exploração brutal pelos proprietários de terra sobre os trabalhadores rurais, gerou um forte preconceito em relação aos povos que vivem e trabalham no campo.”

Segundo o que consta no mesmo documento:

“a suposição de que o conhecimento “universal” deveria ser estendido a todos serviu para escamotear o direito a uma educação contextualizada, que respeitasse os modos de viver, pensar e produzir dos diferentes povos do campo fazendo assim com que uma pequena parcela da população rural recebesse uma educação instrumental, reduzida ao atendimento de necessidades educacionais elementares e ao treinamento de mão-de-obra.”

De 1824 a 1891, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais, segundo a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED. (PARANÁ, 2008, p.16)

Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que visava proporcionar as mesmas oportunidades para todos. Nessa proposta, as demandas do campo e da cidade eram igualmente consideradas e contempladas. (BRASIL, 2007, p.10)

Segundo a SEED (PARANÁ, 2008, p.17) em 1937 foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o intuito de expandir o ensino e preservar a cultura do homem do campo. Ainda, de acordo com o documento, no final dos anos de 1940, foi criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. As ações governamentais eram marcadas pelo atendimento do camponês como carente subnutrido, pobre e ignorante.

Em suma, descreve-se no documento que a educação no campo se desenvolvia com o objetivo de proteção e assistência ao camponês. Na década de 1950, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural e o Serviço Social, visando programas de melhoria de vida, sendo que a mesma não discutia efetivamente a origem dos problemas vividos no campo.

Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n.º 4024/61) deixou a educação rural sob a responsabilidade dos municípios.

A LDB de 1961 revela uma preocupação especial em promover a educação nas áreas rurais para frear a onda migratória do campo para as cidades, gerando crescimento dos cinturões de pobreza, hoje existente nos grandes centros urbanos. Já a LDB de 1971 (lei n.º. 5.692/71), sancionada pelo Regime Militar, coloca como função central da escola a formação para o mercado de trabalho, ou seja, produção agrícola. (BRASIL, 2007, p.16)

Em meados de 1980, as organizações da sociedade civil, especialmente ligadas à educação popular, incluíram a educação do campo na pauta dos temas estratégicos para a democratização do país. Nesse ambiente político, aliando mobilizações e experimentação pedagógica, passam a atuar juntos sindicatos de trabalhadores rurais, organizações comunitárias do campo, educadores ligados à resistência, à ditadura militar, partidos políticos de esquerda, sindicatos e associações de profissionais da educação, setores da igreja católica identificados com a teologia da libertação e as organizações ligadas à Reforma Agrária, entre outras. O objetivo era o estabelecimento de um ensino público para o campo, baseado no paradigma pedagógico da educação como elemento de pertencimento cultural. Destacam-se nesse momento as ações educativas do Movimento Nacional

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Movimento Eclesial de Base (MEB). (BRASIL, 2007, p.11-12)

No final dos anos de 1990, espaços públicos de debates sobre educação do campo foram efetivados. (PARANÁ, 2008, p.18)

Em 1998, foi criada a “Articulação Nacional por Uma Educação no Campo”, entidade supra organizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional. (BRASIL, 2007, p.12)

A partir de então, o poder público passou a reconhecer a necessidade de se pensar uma legislação específica de educação aos povos do campo, levando o Conselho Nacional de Educação aprovar, em 2002, as diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002)

Paulina (2011) relata que por muito tempo, pouco se olhou para as carências do ensino no campo, como a falta de infraestrutura e o currículo, e que não se levava em conta as necessidades específicas dos jovens e crianças atendidos por esta modalidade de ensino. Nos últimos 25 anos, pelo menos no terreno da legislação isso mudou, tanto que no ano passado, o decreto nº 7.352 transformou o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea) em política pública.

Para garantir, pelo menos em lei, uma escola adequada, os moradores da área rural batalharam muito. O ensino, durante anos, apenas preparou os estudantes para trabalhar nas cidades. Os movimentos populares dos anos 1980, como o dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pediram mudanças. Uma das principais conquistas foi à inclusão do tema na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Outros documentos oficiais, em que também há preocupação com os âmbitos pedagógicos e políticos é expressão das lutas dos povos do campo, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e as diretrizes complementares.

Em 2004, o MEC criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), que tem entre suas atribuições, gerenciar diversos programas voltados à melhoria das condições de ensino no meio rural. Outra iniciativa é o programa de apoio à formação superior em licenciatura em

Educação do Campo (Procampo), que tem como objetivo investir na formação em serviço de professores dos anos finais do ensino fundamental.

Segundo Paulina (*apud* MOLINA, 2011, p.117) “a Educação no campo precisa valorizar ainda mais a realidade de quem vive e trabalha na terra, fortalecer o vínculo do professor com a escola e oferecer mais vagas tanto na segunda etapa do Ensino Fundamental como no Médio”.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou no dia 04/11/2010, o decreto nº 7.352/2010 que conforme mencionado anteriormente, regulamenta políticas públicas voltadas para a Educação no Campo. O referido decreto atribui ao governo federal à responsabilidade de criar e implementar mecanismos que assegurem a manutenção e o desenvolvimento da educação na área rural. Além disto, propõe o enfrentamento de quatro problemas: redução do analfabetismo de jovens e adultos; fomento da educação básica de jovens e adultos integrando qualificação social e profissional; garantia de fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico para as escolas. A Educação no Campo visa também à promoção de inclusão digital com acesso a computadores, a conexão a internet e o acesso às demais tecnologias digitais.

Ainda, segundo o que consta no decreto, a formação de professores que lecionam nas escolas rurais também está definida no decreto; assim como a adequação do calendário escolar e particularidades regionais e dos ciclos produtivos.

É relevante descrever que ações têm sido promovidas por movimentos sociais. Tonedo (2007) afirma que para atender a suas crianças, o movimento Sem-Terra (MST) criou Cirandas da Educação, escolas fixas ou itinerantes montadas em acampamentos, assentamentos e reuniões. A experiência provoca em vários estados, a implementação de políticas públicas específicas para a educação no campo.

Ainda, segundo a autora (2007, p.24), a Ciranda itinerante de Paulo Freire foi um ápice de um processo de discussão sobre a educação infantil no MST. O tema começou a ganhar espaço no movimento em 1996, quando surgiram as primeiras Cooperativas de Produção de Assentados (CPAs) e as primeiras creches para filhos de mães agricultoras.

Em maio de 2007, foi realizado o 1º Seminário Nacional sobre o lugar da infância no MST. A fim de incentivar a formação continuada, o MST mantém

convênio com cursos de pedagogia de vários Estados. Os cursos de formação em Educação Infantil estão vinculados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A parceria envolve Estado, universidades e movimento social, a qual ajuda a adequar o currículo à realidade dos trabalhadores sem-terra locais.

2.2 Concepções: uma imagem positiva em contraste com uma imagem negativa

Constata-se que a mídia e as escolas da cidade ainda reproduzem sobre a educação no campo a imagem inverídica que domina a sociedade: o camponês, o ribeirinho, os homens e mulheres da floresta, indígenas, quilombolas vistos como jecas, caipiras, ignorantes, serviçais, massa fácil de manobra das elites agrárias e políticas.

Para Souza (2006, p.10) os movimentos sociais revertem essas imagens e obrigam as pessoas a enxergá-los como sujeitos dinâmicos, tensos, politizados, organizados, e a percebê-los como sujeitos políticos, sociais e culturais.

Segundo Fernandes (In: KOLLING, CERIOLI e CALDART, 2002, p.97):

“A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é de defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade.”

De acordo com Caldart (2002, p.26), as políticas públicas devem garantir ao povo do uma educação que seja no e do campo:

“*No*; o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura a as suas necessidades humanas e sociais.”

Para educar crianças que moram no campo é fundamental mergulhar em sua realidade, saber quem são, onde e como vivem, como pensam e como aprendem.

2.3 A educação do campo na atualidade

No artigo publicado por Bencini (2005, p.42), um dos pontos importantes a serem explorados na Escola do Campo é a auto-estima dos alunos. Além da base escolar comum, devem-se ensinar temas relacionados ao contexto, como a origem e a importância do campo para o país, o resgate da cultura do campo, medidas agrárias, bloco do produtor (que é a segurança que o produtor rural tem no caso de algum acidente, aposentadoria...) e preservação do meio ambiente.

De acordo com Caldart (*apud* KOLLING, OSFS, 2002, p.28), a Educação do Campo deve propiciar ao educando formas de aprender a pensar sobre educação que interessa a ele como ser humano, sujeito de diferentes culturas, classe trabalhadora do campo, sujeito das transformações necessárias em nosso país e cidadão do mundo.

Deve-se ter em mente que é necessário e possível se contrapor à lógica de que as crianças e jovens são condenados ao círculo vicioso de sair do campo para continuar a estudar para sair do campo. Ou seja, é preciso estudar para viver no campo!

Para Raymond (*apud* BRASIL, 2001, p.48):

“Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente a ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade [...]”

Segundo esse autor, o campo, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a

própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana:

“Quanto ao texto da carta de 1988, pode-se afirmar que proclama a educação como um direito de todos e, dever do estado; transformando-a em direito público subjetivo independente dos cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais. Deste modo, os princípios e preceitos constitucionais que abrangem todos os níveis e modalidades de ensino ministrado em qualquer parte do país.” (RAYMOND, *apud* BRASIL, 2001, p.63)

Neste sentido, a Lei 9394/96 (BRASIL, 1996) estabelece, em seu artigo 28, que na oferta da educação básica para a população rural os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho da zona rural.

Ainda no artigo 26 da referida lei, os currículos do ensino fundamental e médio devem ter a base nacional comum, a ser contemplado, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Segundo o Plano Nacional de Educação – PNE deve-se requerer um tratamento diferenciado para a escola rural; prevê, ainda, em seus objetivos e metas, formas flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, considerando as especificidades do alunado e as exigências do meio. (BRASIL, 2001, p.77)

Ainda segundo o PNE:

“(...) a oferta do ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação da oferta das quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida considerando as peculiaridades regionais e a sazonalidade.”

O que se pretende atualmente é uma educação que seja no e do campo; estudar em uma escola no campo é ser educado no lugar onde se vive e, principalmente, a uma escola do campo que representa uma proposta de construção de uma pedagogia, tomando como referência as diferentes experiências dos seus sujeitos: os povos do campo.

3. CONTEXTO DA PESQUISA

3.1 Caracterização da instituição escolar

A presente pesquisa foi realizada em uma escola rural, que se encontra localizada em um bairro a 17 km do município de Congonhinhas, que tem seu turno de funcionamento no período matutino, porque atende a clientela da zona rural, na qual os pais precisam da ajuda das crianças no trabalho da lavoura e nas atividades rurais.

As aulas têm início às oito horas com intervalo de 15 minutos para o recreio, sendo o seu término às doze horas, trazendo o calendário escolar desta escola o mesmo da zona urbana. A escola atende atualmente nove alunos, que são acolhidos em uma sala de aula de 48 m². A escola ainda possui na sua estrutura física: banheiros e um pátio em terra, sendo que neste pátio contém um terreirão de café.

A comunidade do bairro onde se localiza a escola é formada, na maioria, por famílias que vivem da cafeicultura, exercendo a função em seus pequenos

sítios. A renda, em média, anual por família, depende da safra de café e varia de família por família, dependendo do cuidado com os cafezais. O bairro é constituído de pequenos sítios, sendo que a maioria dos habitantes moram em propriedade própria, sendo alguns em casas modernas, outros em casas modestas, porém com bastante conforto e, principalmente, fartura em produtos alimentícios.

A comunidade participa nas reuniões escolares e não há problemas sócio-econômicos; porém todos trabalham nos cafezais e nas lavouras brancas. Os homens e mulheres incentivam o estudo e o trabalho das crianças, pois através destes recursos se sustentarão no futuro.

A escola foi construída no ano de 1974, e começou a funcionar no mesmo ano. O doador do terreno para a construção também lutou para o seu funcionamento. Como forma de gratificação, seu nome foi atribuído à instituição: Escola do Campo Municipal Oscar Lunas; O local onde está localizada possui um terreno que abrange 1.968m²

A escola procura formar cidadãos com atitudes e comportamentos críticos e produtivos para que eles percebam que são integrantes dependentes (devem cuidar da terra, pois, é através dela que sobrevivemos, seja diretamente ou indiretamente) e agentes transformadores do meio, contribuindo para melhoria de seu meio.

A escola é um espaço, onde o aluno recebe formação e informação, desenvolvendo suas capacidades de modo a favorecer a compreensão e intervenção nos fenômenos culturais e sociais.

A comunidade escolar é composta pela equipe pedagógica administrativa: uma diretora do Departamento Municipal de Educação, um secretário, uma orientadora pedagógica e um professor docente.

A prática pedagógica dessa escola baseia-se nos princípios da ética, da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, fazendo sempre valer os direitos e deveres de cidadania da ordem democrática. Orientando uma prática pedagógica que possa levar o aluno à vida em sociedade, buscando a justiça, a igualdade, equidade, sendo estes preceitos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases 9394/96. Sua compreensão encontra-se estruturada em quatro pilares, sendo eles: aprender a conhecer, a fazer, a ser e a conviver.

Os quatro pilares da educação são conceitos de fundamento da educação, baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors.

Delors (2006), em seu livro “Educação: um tesouro a descobrir”, propõe uma educação direcionada para os quatro tipos fundamentais de educação, eleitos como os quatro pilares fundamentais da educação. O ensino debruça-se essencialmente sobre o domínio do aprender a conhecer e, em menor escala, do aprender a fazer.

3.2 Caracterização do professor docente

Ao professor cabe a elaboração e o cumprimento da proposta pedagógica, além da divisão dos dias letivos, zelando pela aprendizagem de seus alunos, bem como estabelecer estratégias de recuperação paralela aos alunos que não apresentem rendimento escolar satisfatório, mantendo um relacionamento de respeito aos direitos dos alunos e seus pais.

De acordo com a pesquisa realizada na escola Municipal do Campo Oscar Lunas, verificou-se que o professor possui bastante experiência, pois já leciona há mais de 28 anos na modalidade de ensino de educação do campo. O professor possui o curso formação de docentes (magistério), graduação em pedagogia e pós-graduação em DM. Ele destaca que as condições físicas encontradas em sua escola, são suficientes para um bom desenvolvimento das aulas, apesar da escola não possuir recursos tecnológicos.

O professor também destaca a ótima relação dele com os alunos, o que auxilia na disciplina em sala de aula. Para ele “trabalhar no campo é se divertir com o meio e brincar com as crianças [...]” A média salarial mensal desse docente é de R\$ 2.275,91 bruto e R\$ 2.060,82 líquido; em relação à crise na educação brasileira, ele menciona a falta de professores bem preparados pelo magistério presencial e também o curto período do estágio probatório. (De acordo com pesquisa e observação, foi possível comprovar que muitos professores que atuam nesta modalidade de ensino não possuem devida formação).

A todo o momento o professor menciona que trabalhar na zona rural é muito vantajoso e aponta algumas destas vantagens: o aluno próximo da escola, do meio

em que vive; professor morando na escola e vivendo em comunidade com as famílias dos educandos; a preservação da cultura do campo.

Vale ressaltar que tal escola foi premiada várias vezes pelo projeto Agrinho e que também possui outros projetos dos quais auxiliam na preservação do meio ambiente na comunidade, como o projeto: A bruxa ecológica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Análise do Projeto Político Pedagógico

Referente à leitura realizada do Projeto Político Pedagógico - PPP da escola verificou-se que o projeto apresenta os seguintes objetivos:

- Assumir a competência primordial da escola: educar ensinar/aprender;
- Dinamizar os conteúdos curriculares da matéria e provocar a participação dos alunos;
- Entender que os alunos provenientes de classes populares são sujeitos concretos, que tem uma rica experiência e possuidores de diferentes saberes;
- Definir a política global, elaborada de baixo para cima, contando com a participação de todos os segmentos da escola;
- Desocultar os interesses envolvidos nas decisões, reforçando o diálogo e construindo formas alternativas de superação das propostas oficiais e verticais.

A escola busca sempre desenvolver princípios de liberdade, solidariedade humana, ministrando um ensino que atenda aos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso de permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralidade de idéias; gratuidade do ensino; valorização do profissional; gestão democrática do ensino; garantia de padrão de qualidade.

Os projetos desenvolvidos na escola propiciam aos educandos condições para atender as necessidades da sociedade atual, pois os conteúdos são contextualizados e servem de intermédio para a autonomia dos alunos, propiciando

a eles uma reflexão de forma crítica, desenvolvendo formadores de opinião e, acima de tudo, que tenham autonomia.

Há também projetos sobre sustentabilidade, sendo bastante discutida a importância dos recursos naturais, bem como sua preservação.

4.2 Análise da Entrevista

De acordo com o professor, que participou da presente pesquisa, a educação no campo é um meio muito agradável de trabalhar, sendo este uma forma de diversão e prazer: “Educação no campo é se divertir com o meio e brincar com as crianças.

Percebe-se, que este professor gosta de trabalhar nesta modalidade de ensino e deixa bem claro que não a trocaria por outra; ele destaca bastante a importância da educação do campo para a sociedade, acrescenta que os recursos disponíveis a este ensino são suficientes, porém menciona a importância de mais profissionais capacitados para esta área.

Pode-se observar que durante a realização de suas aulas, ele destaca muito os benefícios de se morar no campo, a importância da terra, dos recursos naturais em geral e o privilégio de usufruir de todos esses bens com abundância, sempre mencionando o porquê da preservação do meio ambiente. Ele utiliza-se de situações que envolvem as realidades presenciadas pelos educandos, de modo a explorar ao máximo as situações trazidas pelos alunos. Sendo assim, percebe-se que há uma integração entre conhecimento, alunos, professor e as famílias dos alunos.

Neste sentido, Caldart (In: KOLLING e CERIOLI, 2002, p.133), afirma que se deve aprender e ajudar no cultivo da pedagogia do cuidado com a terra:

“Ver a terra como sendo de todos que podem se beneficiar dela. Saber cuidar da terra; saber respeitar a natureza; saber cuidar da saúde do ser humano na relação com a terra; aprender a tratar das sementes como “patrimônio da humanidade”, cuidar das águas, lutar pela soberania alimentar; aprender do processo de fecundação da terra algumas lições de pedagogia: *cuidar da semente pra que a vida nos dê flor*; educação também como cultivo, intencionalidade de acompanhamento, persistência...”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que a Educação do Campo, em comparação com as escolas da zona urbana, não recebe os recursos físicos e materiais necessários para sua execução e concluiu-se que seria de grande importância a criação e a execução de políticas públicas educacionais voltadas para educação do campo.

O campo é um território educativo, de produção de solidariedade e de identidade cultural, no qual se formam sujeitos políticos, sociais e culturais. Enfim, o campo é um território importante tanto quanto, ou até mais que os outros.

De acordo com a escola pesquisada, percebe-se a construção conjunta de conhecimento pelos integrantes da mesma, além da boa convivência e o companheirismo dos mesmos.

Porém, há questões que afetam a educação no campo, sendo estas a falta de profissionais capacitados para esta modalidade de ensino (tal situação, não é a encontrada na escola pesquisada, porém a falta de profissionais capacitados é facilmente comprovada nas escolas da região) e a valorização do meio rural como espaço de aprendizagem. A educação do campo, quando bem trabalhada, proporciona formação para a cidadania; propicia ao educando uma educação vinculada a sua cultura, atendendo as suas necessidades humanas e sociais.

Desta forma, uma educação para e no campo pode contribuir na formação dos alunos em cidadãos com atitudes e comportamentos críticos produtivos, percebendo-se como integrantes dependentes e agentes transformadores do meio, podendo contribuir para a melhoria de seu meio.

Em síntese, pode-se considerar que se deve valorizar a identidade do indivíduo do campo, sua cultura, conhecimento e percebê-lo como um sujeito importante na sociedade, gerando assim a sua emancipação humana e política.

REFERÊNCIAS

BENCINE, Roberta. **O orgulho de estudar no campo**. Nova Escola, Brasília: v.20, n. 185, p.42, set. 2005.

BRASIL. **Educação no Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Decreto N° 7.352/2010**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Parecer 36/2001. 7. 352/2010**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Por uma Educação do Campo: Diretrizes Operacionais para uma Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2001.

CALDART, Roseli. Salete. **A escola do campo em movimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DELORS. Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 10 ed. São Paulo: Cortes; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2006.

KOLLING, Edgar Jorge; Osfs, Paulo Ricardo Cerioli e Caldarte, Roseli Salete **Educação no Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Coleção Por uma Educação do Campo, n° 4. Brasília, DF, 2002.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 2008.

PAULINA, **Mais força ao campo**. Nova Escola, São Paulo, n. 239, p.117- jan/fev 2011.

PROPOSTA Política Pedagógica. Congonhinhas, PR: SME, 2000.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação proposta e práticas pedagógicas MST.** Petrópolis, RJ: vozes, 2006.

TONEDO, Bernardete. **Educação no Campo.** Revista Criança. São Paulo, dez. 2007.